

A Questão Ibérica em Antero de Quental

Fernando Pereira Marques *

Resumo

A partir do levantamento nacional contra as Invasões Francesas os movimentos políticos de Espanha e Portugal influenciaram-se mutuamente, tanto no sentido da mudança como no da reacção. Em 1868 isso aconteceu com a revolução que derrubaria Isabel II e acabaria por dar origem à Primeira República espanhola, surgindo neste contexto um surto de ideias iberistas com vários matizes. Antero de Quental defenderia o projecto de União Ibérica, num contexto republicano e democrata, de uma forma apaixonada, pondo mesmo em causa o princípio e o sentido das nacionalidades. Mais tarde abandonaria esse projecto iberista, só retomado esporadicamente após o Ultimato britânico.

Palavras-chave

Iberismo, República, Democracia, Socialismo, Espanha, Portugal, Nacionalidade, Revolução, Antero

Abstract

The Iberian Question in Antero de Quental
As a result of a national uprising against the French invasions, the political movements of Spain and Portugal were mutually influenced in both the sense of change and reaction. In 1868 that happened with the revolution that brought Isabel II down and would

* ULHT

end up leading to the first Spanish Republic, thus surging in this context an outburst of Iberist ideas with several nuances. Antero de Quental would passionately defend the project of Iberian Union in a republican and democratic context, questioning even the principal and sense of nationalities. Later on, he would abandon that Iberist project, which was only retaken sporadically after the British Ultimatum.

Keywords:

Iberism, Republic, Democracy, Socialism, Spain, Portugal, Nationality, Revolution, Antero

I

Poder-se-á dizer que desde o levantamento nacional antifrancês de 1808 as correntes liberais, ou pelo menos proto liberais, do nosso país e do país vizinho se aproximaram e criaram laços de cooperação, não obstante as marcas deixadas nas relações entre ambos pela então ainda recente Guerra das Laranjas e a invasão franco-espanhola de 1807. Desde esse momento, as principais rupturas tanto no sentido da mudança como da reacção, em Espanha e em Portugal, tenderão a influenciar-se mutuamente e quase a seguir uma cronologia simétrica, como aconteceu em 1820, em 1823 e noutras ocasiões.

Os sobressaltos revolucionários que agitaram a Europa em 1848, com epicentro em França, teriam, inevitavelmente, repercussões aquém dos Pirenéus contribuindo para a difusão das ideias socialistas, republicanas e federalistas. Observar-se-á, deste modo, um surto de teses iberistas associadas não só a preocupações de reforma social e política, mas também enquanto forma de concentração de forças e de energias, capaz de dar outro protagonismo à Península no concerto da nações europeias e, nomeadamente – em especial para Portugal –, face à Inglaterra. Félix Henriques Nogueira será, entre nós, um dos que desenvolverá essas teses logo nos anos 50 desse mesmo século, juntamente com Sousa

Brandão e Lopes de Mendonça, assim como o fará Sinibaldo de Más, no outro lado da fronteira, cuja obra *A Ibéria* seria traduzida por José Maria Latino Coelho. Neste contexto, haverá mesmo quem defenda o casamento entre D. Pedro V e D. Isabel de Espanha o que, aliás, suscitará a oposição de figuras como Alexandre Herculano, Mendes Leal e José Estêvão. Estes últimos, no início da década de 60, chegarão a criar um Comissão do 1º de Dezembro de 1640 com o objectivo óbvio de reacender os brios nacionais e independentistas.

Em finais dessa década, os conflitos políticos agravar-se-ão em Espanha e o confronto ideológico radicalizar-se-á com a emergência de uma forte corrente republicana, tanto mais que tais conflitos, e esse confronto, envolverão o exército, que se mostrará, mais do que nunca, dividido e intervencionista. Suceder-se-ão os pronunciamentos, as revoltas, as sublevações na Catalunha e noutras províncias, tudo acompanhado por repressão e violências. Estes factos reflectir-se-ão na estabilidade governativa e minarão, progressivamente, as bases do reinado de Isabel II. Em 1868, os acontecimentos precipitar-se-ão e, a 17 de Setembro, a esquadra revolta-se em Cádiz, a ela juntando os generais Prim – que regressara do exílio no estrangeiro –, Dulce, Serrano Bedoya, na armada Topete e outros. Revolta que se estenderá por muitas das principais cidades e povoações espanholas. Três dias depois, a revolução estava triunfante, e a rainha, surpreendida em vilegiatura em San Sebastian, é obrigada a exilar-se, pois as tropas que lhe eram fiéis foram batidas.

No dia 5 de Outubro seria constituída uma Junta de governo encabeçada por Serrano, Prim e Joaquim Aguirre, da qual saiu um governo presidido pelo primeiro, com um programa bastante avançado, em que se preconizava o sufrágio universal, as liberdades de culto, de ensino, de reunião e associação, de imprensa e, entre outros aspectos, a descentralização administrativa, com reforço da autonomia dos municípios e das províncias. No entanto, e contrariando as perspectivas da corrente republicana

e federalista em que se destacavam Castelar, Pi y Margall, Figuerola, Orense e muitos mais, virá a afirmar-se nas Constituintes, entretanto formadas, a vontade dos que defendiam a continuidade da monarquia, mesmo se com outro soberano. Em 15 de Julho de 1869 o general Serrano foi nomeado regente, gozando honras de príncipe, e Prim ficou encarregado de encontrar quem ocupasse o trono.

Perfilar-se-ão diversos pretendentes entre os Bourbons: o filho mais velho da rainha Isabel, príncipe das Astúrias; D. Carlos, chefe do Partido Absolutista ou Legitimista; e o duque de Montpensier, cunhado da rainha. Napoleão III era contra este último e apoiava o primeiro. Mas Montpensier viria a matar em duelo um outro membro da família, acabando por ter de se afastar. Não colhendo nenhuma destas figuras do ramo bourbónico a simpatia quer das Cortes quer do país, chega-se a pensar proclamar rei Espartero ou Serrano, e enviam-se emissários a várias cortes europeias. A portuguesa será uma delas.

Apesar de D. Fernando II – que também já fora convidado para aceitar o trono da Grécia – ter feito constar a sua indisponibilidade, o Governo espanhol, em Abril de 1869, deliberou enviar uma delegação a Lisboa para formalizar o convite. O que acabará por não acontecer devido às diligências de Sá da Bandeira, chefe do ministério português, que interviu a pedido do pai de D. Luís I. Não obstante, a ideia ganhará apoiantes em ambos os países que nela insistirão, observando-se um recrudescimento do iberismo em vários meios. O duque de Saldanha – que no ano seguinte encabeçará o último movimento militar da sua longa vida, derrubando o duque de Loulé – será um dos grandes entusiastas e chegará a ter contactos com Prim em Madrid. Ao mesmo tempo, um novo embaixador espanhol na capital portuguesa, D. Angel Fernandez de los Rios, conduzirá uma verdadeira campanha em prol da União Ibérica sob D. Fernando, na qual se acabará por envolver o próprio rei D. Luís. Tanto num lado como no outro da fronteira havia vários matizes de iberismo: monárquicos espanhóis que preferiam os Braganças como alternativa aos

Bourbons e ambicionavam engrandecer a coroa truncada em 1640, absorvendo Portugal; monárquicos portugueses com objectivos simétricos; republicanos e federalistas que viam na união ibérica uma via para a grande transformação da península numa óptica revolucionária, mantendo-se a identidade dos diversos povos (TORRE GOMEZ, 1997; SANCHEZ CERVELLO, 1998).

Perante a insistência na recusa do viúvo de D. Maria II – expressa em carta de 10 de Agosto de 1870 –, Prim tentará outra hipótese, o príncipe Leopoldo Hohenzoller-Sigmaringen, casado com D. Antónia de Bragança. Esta hipótese provocará a oposição da França e o apoio da Alemanha, facto que ajudará ao agravamento das tensões entre estes dois países e ao eclodir da guerra. Finalmente, esta patética busca acabará com a aceitação do trono pelo duque de Aosta, Amadeu de Sabóia, filho de Victor Emanuel de Itália e irmão da rainha de Portugal, D. Maria Pia.

Apesar das tentativas de apaziguamento do rei que procurará constituir governo reunindo todos os partidos, a situação degradar-se-á rapidamente. Os federalistas e republicanos de Pi y Margall, Figueras e Castellar conseguirão bons resultados nas eleições de Fevereiro de 1871, não obstante a forma agitada como elas decorreram. Mas não nos esqueçamos que, por esta altura, em Paris irrompia a Comuna, na sequência da derrota da França face aos Prussianos. Acontecimento cujos ecos, ainda por cima numa conjuntura de grande fraccionamento partidário e de fragilidade governativa, contribuirão para o reforço das correntes mais radicais que defendiam a via revolucionária para o derrube da monarquia. Na sequência de muitos incidentes, actos eleitorais e sucessivos ministérios, Amadeu I renuncia ao trono em 11 de Fevereiro de 1873 e, reunidas as duas câmaras das Cortes, formou-se uma Assembleia Nacional que, após votação dos seus membros, proclamou a República.

I I

Ainda no ano de 1868, Antero de Quental publicou um opúsculo intitulado *Portugal perante a Revolução de Espanha - Considerações sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica*. O tom e o estilo são característicos do Antero doutrinário, ou seja, há neles um sopro profético, excessivo, apaixonado, veemente. Na verdade, como continuará a verificar-se através de outros textos semelhantes e da sua própria prática, ele é incapaz de pensar a política sem uma entrega anímica e intelectual total. Um pouco mais tarde, será deste mesmo modo que se tornará socialista e pensará o socialismo, como faz notar Eduardo Lourenço: «O seu socialismo é “visão do mundo” e o seu entusiasmo pela ‘nova ideia’ não se pode confinar no domínio de uma acção militante sem referências metafísicas e consequências de ordem transhistórica.» (LOURENÇO, 2000:56)

Neste opúsculo, Antero situa-se num registo distinto do ponto de vista propriamente ideológico. Segundo ele, a revolução que eclodira no país vizinho, e se inseria no longo processo iniciado em 1812 com a Constituição de Cádiz, viria inevitavelmente a repercutir-se sobre o próprio futuro de Portugal, visto que, para se consolidar, deveria tornar-se ibérica, além de republicana e federalista.

Significava isto, como ele logo previne nas primeiras páginas, que havia que a adubar com ideias e princípios. Do mesmo modo que três anos antes questionara Castilho, provocatoriamente, sobre como é que se poderia viver sem ideias, Antero afirma que a revolução não singrará sem elas, apesar de toda a sua generosidade e fraternidade, pelo que, naquele texto, só lhe interessa “o que deve a Espanha fazer da sua nova liberdade” e a resposta a esta questão fulcral encontra-se –dizia– na «filosofia política deste século» no «conselho que lhe dá Vítor Hugo, Girardin, Cremieux; que lhe dariam Tocqueville e Proudhon». Isto «porque o espírito destes nobres apóstolos vive

e cresce, à maneira que se desenvolvem e frutificam as verdades descobertas por eles, e por eles depositadas no seio da ciência, entre todas humana e entre todas divina, a ciência da Justiça Social.» (QUENTAL, 1982: 216). Com efeito, e daí a forma poder-se-ia dizer dogmática como assume as suas propostas e posições políticas, o poeta que querará repousar na mão direita de Deus, vê as ideias daquela heteróclita série de «nobres apóstolos» como verdades, como axiomas científicos que se imporão sobre a realidade.

É partindo deste optimismo na «lógica», devendo presidir à acção dos revolucionários, e nos princípios da «filosofia política», que ele considera abrir irreversivelmente o caminho à democracia a adopção do sufrágio universal: «A soberania popular tornada agora instrumento ou condição de tudo em Espanha, todas as eventualidades são possíveis, menos a queda dessa soberania, fora da qual não se concebe já um movimento, uma vontade, uma ideia sequer.» (QUENTAL, 1982:217-218). Facto que, inserindo-se no processo iniciado em 1812 com a Constituição de Cádiz, o vinha mesmo concluir cinquenta anos passados. Na verdade, não obstante todos os incidentes de percurso, os avanços e retrocessos, o Estatuto Real de 1834, apesar de outorgado e de moderado, estabelecera o princípio da «representação nacional», estabelecera «as classes médias no governo» e, graças à redução do censo, dera «entrada na vida política à pequena propriedade e à pequena burguesia» (QUENTAL, 1982:220). Nos anos seguintes tinham-se sucedido as reformas: extinção dos conventos, nacionalização dos bens do clero, secularização, abolição dos morgados. O sufrágio universal, que agora chegara com a revolução, constituía o «toque final e decisivo» no quadro assim formado. E Antero, sempre peremptório, concluía que a Espanha era uma *democracia*: «[...] uma vasta democracia de 18 milhões de homens. São 18 milhões de homens livres e em face uns dos outros armados de direitos iguais. Todas as velhas categorias, degraus,

grupos particulares, tudo isso desapareceu, fundiu-se na uniformidade dum vasto panteísmo social.» (QUENTAL, 1982: 221)

Chegado a este ponto, punha-se a questão da República, porque «quem diz *democracia* diz naturalmente *república*», a primeira era a ideia, a segunda a palavra que lhe correspondia. Mas não se tratava da república «una e indivisível» de Rousseau, de Robespierre, dos jacobinos, de Danton, o «despotismo da plebe» que provocara o «divórcio entre o governo e a nação», a «tirania plebeia». Conceção centralizadora de República que também condenara a Revolução de 1848 em França e o cesarismo dela saído em 1851. Para Antero, portanto, «a tirania e ditadura é a unidade política, a centralização dos poderes» e isto porque, afirma ele seguindo um raciocínio que se poderá dizer até muito pouco proudhoniano, o poder central deixava de ser equilibrado por «grupos, classes, variedade de interesses e de individualidades» que entretanto, dizia ele, tinham desaparecido. É verdade que tal diversidade significava a existência de privilégios, de «abusos e vexames», portanto o desafio consistia em conciliar a *igualdade* e a *liberdade*, ou seja, em impedir a homogeneidade através do governo sem regressar às causas passadas das desigualdades. Como conseguir isto? Criando «tantos centros de autoridade local quantos forem os centros naturais da vida nacional», chamava-se isto *federação*, a «única forma de governo digna de homens verdadeiramente iguais, porque é a única forma de governo verdadeiramente livre» (QUENTAL, 1982: 225-226). Surgiam, deste modo, como «modelos admiráveis», mesmo que ainda incompletos em relação «ao ideal que abstractamente formamos», a Confederação Suíça, na Europa, e os Estados Unidos, na América. Para eles deviam olhar os Espanhóis que entretanto já tinham realizado metade do programa político a prosseguir.

E Portugal? Em Portugal ainda estava por realizar todo o programa e por isso ele precisava de ser revolucionado: «Para portugueses como para

espanhóis não há hoje senão um ideal político: democracia e federalismo.» (QUENTAL, 1982:229) Há perto de quarenta anos que, entre nós, a burguesia, para defender os seus interesses, recorria à *centralização* como meio, por isso, a burguesia estava rica, mas o país «pobre, fraco, indiferente, vulgar». Só a democracia e a federação iriam também resolver a crise. E Antero enuncia as manifestações económicas, culturais e morais dessa crise, da decadência nacional, provocada pela centralização, pela «ditadura das classes *soi-disant* superiores» (QUENTAL, 1982:233), pela inépcia da burguesia portuguesa «que pode por ostentação, levantar uma estátua a Luís de Camões; mas o povo português, esse, não sabe soletrar o título do poema que o poeta consagrou às suas glórias...» (QUENTAL, 1982: 232).

Como sair de tal situação? De acordo com Antero, a «filosofia política» indicava não «uma *reforma*» mas «uma *revolução*», o que significava contrapor à *burguesia* e à *centralização* a *democracia* e a *federação*. Repare-se na antinomia estabelecida entre burguesia e democracia, de que o sufrágio universal seria o principal instrumento. Por fim, «a república sai assim naturalmente da democracia; e, da república, a federação.» (QUENTAL, 1982:237) Ou seja, o «ideal revolucionário de Portugal» tocava-se e confundia-se com o «ideal da revolução espanhola». A questão, portanto, punha-se em termos peninsulares e uma única política era possível: a da «federação-republicana-democrática». E o poeta das *Odes Modernas* passa a justificar o seu programa iberista dissertando sobre *nacionalidade* e *patriotismo*.

Segundo ele «a nacionalidade não passa dum obstáculo desgraçado, resto das hostilidades fatais de séculos bárbaros, e que só por um lamentável acordo dos interesses da minoria dominante e dos prejuízos da multidão ininteligente se tem podido sustentar. Mas esse acordo desfez-se.» (QUENTAL, 1982:237). Tornava-se inevitável «a queda da nacionalidade, nas opiniões, a princípio, e mais tarde nos factos, no grande dia do abraço fraternal das populações da Península Ibérica.» A

nacionalidade tinha de ser «sacrificada» para que a democracia ibérica surgisse.

Mas uma ressalva se impunha relativa aos «patriotas portugueses», aos «espíritos cândidos e sinceros», para lhes fazer notar que «o amor da pátria não coincide rigorosamente com o facto da nacionalidade [...] A pátria não é um acidente da natureza material, mas um facto da consciência humana.» A nacionalidade é um facto do mundo político «e, como ele, transitório e alterável.», enquanto a comunhão de ideais pode fazer patriotismos irmãos. (QUENTAL, 1982:238-239)

Nas últimas passagens do seu opúsculo estas ideias são expostas de maneira ainda mais clara: «Se não é possível sermos justos, fortes, nobres, inteligentes, senão deixando cair nos abismos da história essa coisa a que se já chamou *nação portuguesa*, caia a nação, mas sejamos aquilo para que nos criou a natureza, sejamos, inteligentes, nobres, fortes, justos, sejamos homens, muito embora deixemos de ser portugueses.» Concluindo com estas frases lapidares: «o único facto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em *renegar a nacionalidade*.» (QUENTAL, 1982:241)

III

A revolução espanhola e a primeira experiência republicana federalista de Pi y Margall e de Castellar terá vida curta (1873-1874), para isso contribuindo, precisamente, a heterogeneidade e a diversidade da realidade espanhola. Tal facto não deixaria de fazer reflectir Antero e, sobretudo, levaria o seu amigo Oliveira Martins a distanciar-se, em *Socialismo e Democracia* (1874), dos entusiasmos federalistas prodhounianos e municipalistas à Herculano. Na sua carta autobiográfica a Wilhelm Storck, de 1887, Antero escreverá: «No fim desse ano de 68 publiquei o folheto *Portugal perante a Revolução Espanhola*. Advogava aí a união ibérica por meio da república federal, então representada, em Espanha, por Castellar, Pi y Margall e a maioria das Cortes Constituintes. Era uma grande ilusão, da qual porém só desisti (como

de muitas outras desse tempo) à força de golpes brutais e repetidos da experiência. Tanto custa a corrigir um certo falso idealismo nas coisas da sociedade.» (CATROGA, 2001:184)

Em 1890, porém, na sequência da convulsão nacional provocada pelo *Ultimatum* britânico, as ideias iberistas ressurgem e Antero, pelo menos em carta dirigida a Oliveira Martins, admite retomá-las, como sublinha Fernando Catroga (CATROGA, 2001:185). Esse ressurgimento, em termos gerais, e nomeadamente entre muitos republicanos (caso de Teófilo de Braga no ensaio que a seguir citaremos) assentava no raciocínio pragmático de que só assim, por essa convergência de energias e de identidades no espaço ibérico, seria possível fazer frente à arrogância da Inglaterra, e Portugal libertar-se, definitivamente, da dependência em relação à «pérvida Albion». Refira-se que também em Espanha idêntico fenómeno se observará, nos meios políticos e da intelectualidade. Foi o caso, entre muitos outros, de Benito Galdós, inspirado, inclusive, nos processos ainda recentes de unificação da Itália e da Alemanha e, consequentemente, dos mesmos enquanto exemplos de superação do fraccionamento identitário com o consequente reforço do papel desses dois Estados na cena europeia e mundial (CUENCA TORIBIO, 1994).

Na verdade, como já se disse atrás, se Antero é sempre movido por uma exigência de carácter ético e pela busca de uma visão holística da realidade social e política, a emoção, a paixão das ideias e das causas predomina por sobre a vontade ou a capacidade em criar um sistema coerente de ideias, do mesmo modo que sempre oscila entre o apelo à acção e a entrega à introspecção poética e angustiada, o que, aliás, faria dele sobretudo um criador.

Teófilo Braga, seu antigo companheiro na Questão Coimbrã e nas Conferências do Casino, romperá com ele na sequência de um diferendo de carácter pessoal (MONTEIRO, 1944). No ensaio publicado em 1880, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, não deixará de explorar essas fragilidades do pensamento de Antero, enquanto ideólogo e doutrinador, criticando-

o violentamente. Nomeadamente no que concerne ao opúsculo de 1868, as afirmações anteriores em relação à questão da nacionalidade são consideradas uma «monstruosidade» e uma «aberração». O futuro chefe do primeiro governo provisório republicano, utilizando a terminologia positivista e cientista então em voga, lembra, pertinentemente, que, contrariamente ao que pretendia Antero, a nacionalidade não era um facto meramente subjectivo nem uma convenção política «transitória e alterável», mas algo muito mais complexo do ponto de vista histórico, cultural, sociológico. Por isso, mesmo partilhando a ideia de que a federação e a república deveriam ser o futuro da Península, isso não implicava nem podia implicar a supressão da nacionalidade, o que, aliás, não se decretava. Mas mais: o Antero republicano de 1868 passara a ser o socialista autor de *O Que É a Internacional?*, panfleto publicado três anos mais tarde, onde, reflectindo influências bakuninianas, defenderá a abstenção, ou seja, a separação da *questão social* da *questão política*. Dito de outro modo, defenderá a tese segundo a qual os trabalhadores deviam pugnar em primeiro lugar pela «reforma social», a questão do regime sendo subsidiária: «[...] enquanto o nosso pensamento emancipador não se tiver realizado, enquanto a reforma social não for um facto, toda a acção política não representará para nós mais do que dissipação de tempo, dispersão de forças [...] O programa político das classes trabalhadoras, segundo o Socialismo, cifra-se numa só palavra: *abstenção*.» (QUENTAL, 1982:352)

Teófilo, recusando tal separação e a aplicação da ideia federativa às classes sociais e não às nações, interroga-se: «Como é que o mesmo homem muda de repente de princípios, uma vez propugnando pela República, isto é pela acção ou transformação política, enquanto que as sociedades humanas se não esfacelarem espontaneamente, para sobre essas ruínas fundar o regime societário?» (BRAGA, 1983:87). E acusa essas ideias de reflectirem a influência deletéria da Associação Internacional dos Trabalhadores e do «estrangeiro» José Fontana –

Teófilo roça mesmo a xenofobia no seu ataque a Fontana –, responsáveis pelo atraso da formação e a ainda fragilidade do Partido Republicano na altura em que escrevia.

Conclusão

Na sua célebre conferência do Casino, em Maio de 1871, a reflexão anterioriana está ainda impregnada de uma visão do destino comum dos povos ibéricos. Mas seguir-se-á, depois, a fase predominantemente internacionalista e socialista do poeta, pelo que, como já vimos atrás, só aquando da crise provocada pelo *Ultimatum* britânico e quando as ideias iberistas ressurgem, Antero admite retomá-las ao pensar uma orientação a dar à sua acção nesse contexto. A verdade, porém, é que nos textos mais significativos da sua lavra, enquanto presidente da Liga Patriótica do Norte, como o Discurso lido na sessão de 7 de Março de 1890, não há qualquer referência à ideia federativa nem iberista. Antes pelo contrário, «integridade nacional», «dignidade nacional», “reforma nacional”, são expressões que pontuarão esse discurso.

Como é sabido, Antero suicidar-se-ia no ano seguinte, desiludido com o que seria a sua derradeira intervenção significativa na luta política. Acalmado o sobressalto provocado pelos ingleses, o republicanismo continuaria a ganhar terreno, a enraizar-se socialmente, e a monarquia entrou no seu último ciclo. Nesse final de século e de regime, as ideias iberistas ainda serão teorizadas e defendidas por figuras como Magalhães Lima e Teixeira Bastos. Porém, as preocupações de carácter expansionista, ou de « projecção nacionalista » – segundo expressão de Hipólito de la Torre Gomez –, dos próprios republicanos, passarão a estar viradas sobretudo para África, cujos territórios continuavam a ser disputados pelas grandes potências e onde as populações se agitavam. Assim, após a revolução de 5 de Outubro, o novo poder e os partidos nele instalados logo

abandonarão as ideias federalistas, a exemplo de outros objectivos que antes tinham integrado o seu ideário. O iberismo ainda será retomado particularmente pelos anarquistas e até, partindo de premissas diferentes, por um integralista como António Sardinha.

Bibliografia

- BRAGA, Teófilo
1983 – *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega.
- CATROGA, Fernando
2001 – *Antero de Quental, História, Socialismo, Política*. Lisboa: Editorial Notícias.
- CUENCA TORIBIO, José Manuel
1994 – “Galdós Iberista”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº16-17, pp. 19-24.
- LOURENÇO, Eduardo
2000 - *A Noite Intacta, (I)recuperável Antero*. Vila do Conde: Centro de Estudos Anterianos.
- MONTEIRO, Gomes
1944 – *Os Vencidos da Vida*. Lisboa: Romano Torres.
- QUENTAL, Antero
1982 – *Prosas Sócio-Políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RIBEIRO, Victor
1912 - *A Revolução e a República Espanhola*. Lisboa: Casa Alfredo David.
- SANCHEZ CERVELLÓ, Josep
1998 – “El Nacionalismo Portugués”. *Los 98 Ibéricos y el Mar*. Salamanca: Soc. Lisboa 98.
- TORRES GOMEZ, Hipólito de la in BLAS, A. de
1997 – “Iberismo”. *Enciclopedia del Nacionalismo*. Madrid: Ed.Tecnos.